

IEAF: A VALIDADE DO CONTEMPORÂNEO PARA A HISTÓRIA

Cláudia Cristina da Silva Fontineles-UESPI/CEFET-PI
Doutoranda em História – UFPE
cfontinelles@yahoo.com.br

I - O Presente no Foco da História

Enfocar a história da educação no Piauí, selecionando um período recente como a década de 1990, enfatizando o funcionamento de uma das principais escolas públicas do Estado – o Instituto de Educação Antonino Freire - pode suscitar alguns questionamentos, que exigem de antemão que sejam previstos e esclarecidos, evitando mal-entendidos posteriores ou problemas na compreensão de tal escolha.

O primeiro desses questionamentos permeia uma discussão muito presente na historiografia: o risco de trabalhar com a história do presente, pois para muitos, entre os quais Jean-Jacques Becker, esse tipo de história, por trabalhar com temas próximos cronologicamente, “não tem o aval da seqüência” (*apud* RÉMOND, 1999, p. 55), o que poderia comprometer a análise feita pelo historiador, tendo em vista a proximidade temporal do evento estudado.

Ora, essa crítica – embora possuindo seus fundamentos – ignora que o historiador, mesmo discutindo temas distantes cronologicamente, pode cometer equívocos em sua interpretação, além de ignorar que pode haver bifurcações em relação a qualquer fato histórico, não somente nos concernentes ao presente, uma vez que não é o afastamento temporal que legitima a validade e a importância da pesquisa, mas a capacidade de problematizar e interpretar a temática escolhida.

Essa crítica nos faz lembrar das formuladas pela Escola Metódica e pelo Rankeísmo, que tanto propunham um distanciamento entre o historiador e o objeto de seu estudo, com o argumento de que somente assim poderia conseguir ser o mais objetivo possível, conseguindo desta forma aproximar-se devidamente das ciências naturais. Basta lembrar que o grande ideal dessas correntes historiográficas era a conquista de *status* de ciência semelhante ao conseguido pela Física durante o século XIX - acreditando que este

afastamento completo seria possível e seria o principal aval da qualidade e do rigor da pesquisa no campo da história. Essa interpretação ignora que os historiadores imprimem inquietações e esperanças de seu tempo em sua pesquisa, independente do objeto de seu estudo e do tempo contemplado para analisá-lo.

Assim, essa crítica à falta de recuo existente na história do presente não se sustenta, uma vez que é o próprio historiador que promove seu recuo. Caso isso seja ignorado, suprime-se qualquer possibilidade da “Clio atualizada” (RIOUX, 1999, p. 46) existir, já que caberia ao historiador obrigatoriamente tratar seu objeto de estudo com um rigor de afastamento temporal, quando sabemos que o próprio tempo sofre variações quanto à sua interpretação.

Outro aspecto relevante na escolha de tempos próximos cronologicamente ao pesquisador em relação ao período histórico analisado, que pode contribuir para minimizar o preconceito contra a história do presente é o fato alertado pelo historiador Rioux de que a “história do presente pode ajudar a combater a atemporalidade contemporânea” (1999, p. 46).

Atemporalidade contemporânea que, para este pensador, seria o imediatismo presente nas sociedades ocidentais contemporâneas que, impulsionadas pelo consumismo desenfreado, “consomem” os acontecimentos sem refletir as imbricações que eles possuem no campo conjuntural e estrutural, tornando-os descartáveis; conseqüentemente, assim também tratando a história. Isso vem comprometendo bastante a capacidade das pessoas se pensarem como sujeitos históricos, capazes de intervir nos processos históricos que os cercam, afetando a compreensão sobre a existência de vários níveis temporais possíveis (BURKE, 1992).

Em virtude dessas críticas à história do presente, muitos ricos e necessários estudos têm sido inibidos ou até mesmo abortados por temor de não se estar produzindo uma análise historiográfica com os rigores acadêmicos necessários. O que é lamentável, posto que não é por interessar-se por temas relativos à história do presente que os rigores teórico-metodológicos necessários à pesquisa sejam ignorados, porque se assim o fosse, anularia tantas obras de relevante valor historiográfico.

É por pensar assim que neste trabalho pesquisamos um período muito recente da história da educação no Piauí, os primeiros anos da década de 1990, procurando entender como a principal escola de formação de professores na época reagira à perda do ano letivo, em 1990, e à implantação do sistema de blocos, a partir do ano de 1991, analisando as reações de ex-alunos e de funcionários, bem como procurando entender como isso afetou o funcionamento e a credibilidade da sociedade piauiense em relação à escola pública estadual.

Acreditamos na relevância de tal estudo para melhor compreender a história da educação no Piauí e sua relação com as dimensões políticas, econômicas e culturais da sociedade piauiense.

Para discutir o período que compreende tais acontecimentos e a maneira como a sociedade os interpretou, é fundamental interrelacioná-los aos momentos históricos que os marcaram, inclusive, como já frisamos, observando sua relação com a dimensão política.

II - Instituto de Educação Antonino Freire: a intensificação da perda

Quando analisamos a perda do ano letivo nas escolas públicas estaduais do Piauí, no ano de 1990, há um imenso silêncio nos discursos do governo da época¹, o que promove uma série de questionamentos a respeito de como isso foi sentido pela sociedade, principalmente pelos alunos atingidos por tal evento.

Ao pesquisarmos a esse respeito, descobrimos que se a perda do ano letivo no Piauí foi difícil para os alunos atingidos, ela se potencializou e se ampliou no caso dos alunos que estudavam no Instituto de Educação Antonino Freire (IEAF), que não só perderam o ano letivo em 1990 em sua totalidade, como ainda tiveram que conviver com a implantação, em 1991, do sistema de bloco. Nesse sistema os alunos deveriam pagar as disciplinas não por ano letivo, mas por bloco, ou melhor, por crédito. As disciplinas deveriam ser cursadas independentes umas das outras, exceto no caso das que necessitavam de pré-requisitos para cursar as subseqüentes, provocando uma série de confusões na escolha e na distribuição das disciplinas.

Apesar de na Secretaria Estadual de Educação – antiga SEED-PI e atual SEDUC - não termos encontrado registros acerca disso, no IEAF foram encontrados relatórios feitos por esta Secretaria no período sobre esses acontecimentos, assim como registros das matrículas dos alunos por disciplinas cursadas. Para obtermos mais dados a respeito, entrevistamos ex-alunas que ingressaram no IEAF no ano de 1990 e que conviveram com a implantação do sistema de bloco. A respeito disso, a aluna Juliana afirmou:

Foi o pior período de minha vida... A gente tinha que passar a noite no Instituto para ver se conseguia se matricular nas disciplinas que precisava. Além de perigoso, era cansativo e às vezes ainda não conseguia (...). Era um corre-corre e ninguém sabia ao certo o que estava acontecendo, nem nós alunas, nem os professores, ninguém...²

A fala dessa aluna - que ingressara no Instituto de Educação em 1990, perdendo aquele ano devido às greves, tendo também sido atingida pela implantação do sistema de blocos (só concluindo o curso pedagógico no final de 1994, isto é, passando cinco anos para concluir um curso previsto para três anos) - revelou as dificuldades e sacrifícios por que tiveram que passar os alunos matriculados no maior centro educacional de formação de professores do Estado do Piauí, afetando direta e indiretamente a educação piauiense, uma vez que retardou a inserção de vários profissionais no campo educacional no período de 1990 e 1994.

Essa ex-aluna lembrou que: “Nem quem tivesse disponibilidade de pegar disciplinas nos três turnos conseguia concluir o curso logo. Mas isso era difícil, a maioria de nós era pobre e trabalhava o dia todo, só podíamos pagar disciplina à noite (...).” Essa entrevista apresenta o quadro de dificuldades impostas aos alunos do IEAF submetidos tanto à perda do ano letivo em 1990 quanto ao sistema de blocos criado a partir de 1991, gerando obstáculos na conclusão do curso e afetando a formação docente para trabalhar nas séries iniciais no Estado.

Outra aluna que também vivenciou a greve de 1990 e a implantação do sistema de blocos no Instituto, Antônia, fez as seguintes considerações a respeito do que ocorria no IEAF no período:

Enquanto ninguém sabia o que fazer porque já tinha perdido 90, a escola fez essa mudança irresponsável e a única preocupação do Carlos Daniel³ era de fiscalizar se nós estávamos com o uniforme rigorosamente em ordem (...). Ficava um funcionário para observar nosso uniforme na entrada, até a cor de nosso sutiã era observado sob nossas blusas.⁴

Esse excesso de preocupação com o aspecto normativo-disciplinar denunciado por esta ex-aluna está em consonância com o acentuado número de suspensões de alunas da escola ocorrido em 1991, assinadas pela direção, conforme documentos obtida no arquivo da escola durante a pesquisa.

A situação do IEAF estava tão grave que em 1992 a própria Secretaria da Educação, ao fazer uma análise a respeito da implantação do sistema de bloco por disciplina no curso pedagógico, elaborou um relatório que chegou às seguintes constatações: “O sistema de crédito foi implantado no Instituto de Educação de uma forma precipitada, o que dificultou muito a sua aceitação e entendimento por parte de professores, alunos e mesmo funcionários”.⁵

A precipitação na implantação desse sistema de blocos, segundo o relatório, provocou uma série de equívocos e prejuízos na permanência dos alunos no Instituto. Quanto a isso, afirma o Relatório:

No Instituto de Educação, pelo que pudemos observar, os alunos foram mal esclarecidos, ou mesmo orientados de forma errônea, o que levou depois do período iniciado, um verdadeiro trancamento de disciplinas, ficando desta maneira os alunos prejudicados no andamento do curso. O excesso de oferta de disciplinas, para a quantidade de alunos e professores, gerou problemas de poucos alunos para cada disciplina; prejudicando a vida de outros que eram obrigados a freqüentar dois ou três turnos. Já os alunos que estudavam à noite e trabalhavam durante o dia, os mesmos ficavam sem opção para ingressar em outras disciplinas, dificultando o término do curso (PIAUI, 1992, p. 6-7).

A implantação do sistema de blocos no IEAF ocorreu de maneira equivocada e sem o devido planejamento, posto que a própria Secretaria de Educação reconhece os problemas gerados pela ausência de organização, o que gerou uma desestabilização na distribuição de disciplinas, promovendo a sobrecarga em diferentes horários e o retardamento da conclusão dos alunos que não podiam se adaptar a essas exigências da escola. Como constatou esse documento, neste período houve um acentuado número de trancamento: dos 2.473 alunos matriculados nos três turnos, houve trancamentos em 721. No Relatório elaborado pela SEED-PI foram levantados os seguintes motivos que justificavam tantos trancamentos:

- Transferência;
- Impossibilidade de freqüência;

- Choque de horário (o aluno tinha que assistir determinada disciplina no mesmo horário de outra);
- Falta de horário e oferta de disciplina;
- Falta de professores;
- Por pagar a mesma matéria em salas diferentes;
- Por não ter aluno suficiente para completar uma turma;
- Dispensa por professor e registro como desistente;
- Por dúvidas de quais as disciplinas a serem pagas;
- Troca de horário;
- Não poder pagar a disciplina no horário estabelecido pelo Colégio;
- Choque de disciplinas;
- Por ter pago a mesma disciplina no bloco passado (PIAUI, 1992, p. 9).

O quadro apontado pelo relatório só reafirma as inúmeras dificuldades impostas aos alunos matriculados no IEAF no período. Esses problemas foram responsáveis pelo alto índice não só de trancamentos de curso, como de pedido de transferências para outras escolas, geralmente escolas particulares que ofereciam o curso pedagógico, geralmente escolas criadas na cidade de Teresina em função dos problemas enfrentados pela educação pública no Estado do Piauí após a perda do ano letivo de 1990, problemas esses que foram ampliados com a implantação do novo modelo curricular do Instituto de Educação.

Embora não haja registros mais detalhados acerca dessas transferências, foram encontrados nos arquivos do IEAF dados que comprovam o pedido de 304⁶ transferências no ano de 1991, o que contribui ainda mais para perceber as dificuldades vividas na escola na época e o esvaziamento de seu quadro discente, que, quando tinha possibilidade, recorria a outras instituições que ofereciam o curso pedagógico para concluir sua formação, fortalecendo a tese de enfraquecimento da credibilidade do IEAF.

Não foram obtidos dados a respeito do que ocorreu nessa escola nos anos seguintes. Segundo a funcionária Maria, que em 2003 tinha 23 anos de trabalhos no IEAF, essa ausência de dados se explicava porque muitos dados foram extraviados. Mas ela confirmou que na história dessa escola nunca houvera um número tão grande de pedido de transferências como nos anos que se seguiram à perda do ano letivo, em 1990, e a implantação do sistema de bloco naquela escola, em 1991.

Para essa funcionária, a falta de registro dos pedidos de transferência após 1991 não significa que essas transferências tenham diminuído, e sim que foram tantos que

fugiram ao controle do setor acadêmico, além de ser necessário frisar que – assim como nas outras escolas pesquisadas – não foi encontrada nenhuma pasta ou gaveta relativa ao funcionamento da escola em 1990, uma vez que nos registros do IEAF salta-se do ano de 1989 para 1991. Os dados obtidos acerca de 1990 foram encontrados desordenadamente diluídos em pastas e gavetas de outros anos, demonstrando falta de sistematização do funcionamento neste ano, o que leva a crer que os abalos enfrentados por esta escola foram tão grandes que atingiram inclusive a estrutura dos registros acadêmicos.

De acordo com a aluna Juliana, “as alunas que tinham condição de pagar uma escola particular pediram transferência para não terem que fazer o supletivo ao inverso. Só ficava lá quem não tinha outra alternativa”.

Supletivo ao inverso, esclareceu a aluna, era como as alunas se referiam ao período que levavam para concluir o curso pedagógico após implantação do sistema de crédito no IEAF, previsto para três anos, mas que geralmente estava sendo cursado, em média, em cinco, seis anos.

Essa aluna comentou também que os alunos que conseguiam matricular-se em todas as disciplinas oferecidas no bloco, passaram quatro anos para concluir o curso, que, somados a um ano perdido em 1990, totalizava cinco anos. Os alunos que não conseguiam cumprir estas cargas-horárias passavam bem mais tempo para obter o diploma do antigo 2º grau. Isso quando não pediam transferência ou abandonavam a escola.

A fala da entrevistada também revela um elemento importante: como os problemas enfrentados no IEAF contribuíram para a procura de escolas privadas para concluir ou iniciar o curso pedagógico. Isso leva a crer que a rede privada atraiu aos alunos que pensavam em ingressar no IEAF, mas que, devido às irregularidades em seu funcionamento, preferiram recorrer aos serviços das escolas particulares, esvaziando uma trajetória de reconhecimento e de credibilidade que esta escola havia herdado da Escola Normal, elemento importante para a educação piauiense no século XX.

Criada em 1910, no mandato do então governador do Estado, Antonino Freire, a Escola Normal Oficial surgiu como “reflexo da ideologia reinante (...) do entusiasmo pela educação”, sendo “apontada como a grande solução para o problema educativo, através da formação de mão-de-obra especializada” (FERRO, 1996, p. 105). Posteriormente

transferida para o atual Instituto de Educação Antonino Freire quando este foi fundado em 1973⁷, a Escola Normal continuou sendo vista como a principal alternativa da população piauiense de ter acesso a uma instrução de qualidade, seja para alunos de origem social mais simples, que freqüentavam escolas públicas; seja para alunos de origem social mais abastada que freqüentavam escolas privadas, pois recebia alunos tanto numa quanto noutra, bem como formava as professoras e alguns professores que atuariam nas redes pública e privada de ensino no Estado, sobretudo em Teresina.

Com a perda do ano letivo em 1990 e com as dificuldades provocadas pela implantação do sistema de blocos por disciplina, o Instituto de Educação deixou de encaminhar anualmente cerca de 500 (quinhentos) professores recém formados ao mercado de trabalho, segundo informações da funcionária entrevistada do IEAF, limitando tanto a vida dos estudantes do Instituto quanto dos demais estudantes piauienses do antigo 1º grau, sendo uma inflexão na história recente da educação do Piauí.

Se a História tem a importância de satisfazer indagações do presente acerca do passado, para reinterpretar este presente, é fundamental perceber como pesquisa que traz questões relativas à história recente da educação do Piauí, mais que revelar a respeito do passado revisitado, conta muito do presente que questiona. Saber um pouco mais sobre as reações de uma instituição da dimensão do IEAF para a história da educação do Piauí é entender um pouco mais do próprio Estado.

Dessa forma, revisitar temas inquietantes dessas páginas de nossa história – páginas estas muitas vezes esquecidas ou ocultadas - como a perda de um ano letivo e seus desmembramentos, revela as tramas políticas, sociais e econômicas dessa história, e sua relação com as construções sociais realizadas a respeito da escola pública no Piauí.

III - NOTAS:

O Piauí era administrado por Alberto Tavares Silva, que governou o Estado, pela segunda vez, entre os anos de 1987 a 1991. Sua administração foi marcada por uma série de greves dos servidores públicos estaduais, entre os quais destacam-se os da educação, o que gerou a perda do ano letivo na grande maioria das escolas públicas estaduais no ano de 1990. Conferir FONTINELES, Cláudia C. S. **Do ocaso aparente ao aparente investimento:** a situação do magistério e do atendimento ao aluno na história recente da rede estadual de ensino do Piauí (1988-2000). Teresina: Universidade Federal do Piauí. 2003 [Dissertação de Mestrado].

² Os nomes constantes nesta pesquisa são fictícios a pedido dos entrevistados. Entrevista realizada em 05/04/2003, na residência da entrevistada.

³ Carlos Augusto Daniel era o diretor do Instituto de Educação Antonino Freire durante este período.

⁴ Entrevista realizada em 15/05/2003, na residência da entrevistada.

⁵ Piauí. SEED. Relatório sobre a Implantação do Curso Pedagógico por Blocos de Disciplinas. 1992, p. 06.

⁶ Dados coletados em anotações escritas à mão, pesquisados nos arquivos da escola.

⁷ Inauguração feita durante o primeiro governo de Alberto Silva (1971-1975).

IV - BIBLIOGRAFIA REFERIDA:

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: A Revolução Francesa da Historiografia.** São Paulo: Editora UNESP. 1992.

FERRO, Maria do Amparo. B. **Educação e sociedade no Piauí republicano.** Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves. 1996.

FONTINELES, Cláudia C. S. **Do ocaso aparente ao aparente investimento:** a situação do magistério e do atendimento ao aluno na história recente da rede estadual de ensino do Piauí (1988-2000). Teresina: Universidade Federal do Piauí. 2003 [Dissertação de Mestrado].

REMÓND, René. O retorno do político. IN: CHAUVEAU, A. & TETART, P. (org.). **Questões para a história do presente.** Trad. Ilka Stern Cohen, Bauru, SP. EDUSC. 1999.

RIOUX, J. P. Pode-se fazer uma história do presente? IN: CHAUVEAU, A. & TETART, P. (org.). **Questões para a história do presente.** Trad. Ilka Stern Cohen, Bauru, SP. EDUSC.